



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005457-59.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Consignação Em Pagamento - Pagamento em Consignação**
 Requerente: **ANDRÉA CRISTINA ZEPHERINO GONÇALVES SILVA**
 Requerido: **Elinelson Campos dos Santos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Andrea Cristina Zepherino Gonçalves Silva propôs a presente ação contra o réu Elinelson Campos dos Santos, com pedido de tutela antecipada, requerendo a consignação do valor de R\$ 150,00, com a consequente declaração de extinção da obrigação.

Decisão de folhas 12/13 deferiu o depósito e a não publicidade das informações constantes no SCPC e SERASA.

Depósito realizado às folhas 15.

A carta AR endereçada à ré foi devolvida pelos Correios (folhas 22).

Decisão de folhas 51 determinou a realização de pesquisas junto ao SIEL e sistemas BacenJud e Infojud e expedição de carta precatória para tentativa de citação do réu, caso localizado novo endereço.

O réu Elinelson Campos dos Santos foi citado pessoalmente às folhas 95, porém não ofereceu resposta (folhas 97), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil.

Procede a causa de pedir.

Sustenta a autora que: a) ao tentar realizar um financiamento foi informada que o seu nome estaria inserido no banco de dados da Serasa; b) solicitou em sua agência bancária a microfilmagem de um cheque emitido e constatou que o apontamento seria em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

decorrência de um cheque nº 001289, do Banco Itaú, agência 484, conta corrente nº 36.130-8; c) pretendendo adimplir o débito, a fim de solucionar o problema, não logrou êxito na tentativa de localizar o réu. Requer a consignação em pagamento para que seja declarada extinta a obrigação.

A ação procede, visto que a revelia faz presumir aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela autora, na forma do artigo 344 do Código de Processo Civil, e estes acarretam as consequências jurídicas apontadas na petição inicial. Além disso, a inicial se encontra devidamente instruída. Restou incontroverso nos autos o valor consignado, o qual não foi questionado, e que este é devido ao réu. Também está presente a necessidade e adequação da presente ação consignatória, não havendo motivos para rejeição do pedido inicial, uma vez que não se pode impor à devedora que pretende a quitação do débito o ônus de permanecer eternamente com a dívida sem poder solvê-la.

De rigor, portanto, a procedência do pedido, com a consequente declaração de quitação do débito relativo ao cheque nº 001289, banco Itaú, agência 484, conta corrente nº 36.130-8, no valor de R\$ 150,00, tendo como credor Elinelson Campos dos Santos.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de concluir pela suficiência do depósito, extinguindo a obrigação entre a autora e o réu, relativo ao cheque nº 001289, banco Itaú, agência 484, conta corrente nº 36.130-8, no valor de R\$ 150,00, tendo como credor Elinelson Campos dos Santos. Sucumbente, condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Com o trânsito em julgado, oficie-se ao SCPC e SERASA comunicando que se tornou definitiva a exclusão do nome da autora dos referidos órgãos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Fica deferida a expedição de guia de levantamento em favor do réu caso haja manifestação nesse sentido.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 18 de janeiro de 2017.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**